

**11. REGULAMENTO DO CONCURSO DA BIENAL DE ILUSTRAÇÃO
PRÉMIO CAPITAL DA CULTURA DO EIXO ATLÂNTICO 2021:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento do Concurso da Bienal de Ilustração Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico 2021, conforme proposta que se anexa.



Nº Informação: 41888

Data: 30/06/2021

A -> de Eixo
21.06.30
[Signature]

Assunto: Proposta de Normas Concurais de Bienal de Ilustração – Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico

A cidade de Braga acolhe durante o ano de 2021 a Capital de Cultura do Eixo Atlântico. Uma das iniciativas previstas na programação é a realização de uma Bienal de Ilustração, na qual irá ser contemplado um prémio de ilustração intitulado “Capital da Cultura do Eixo Atlântico”.

Tendo como objetivo a valorização da criatividade e do fomento do talento artístico, o prémio implica a atribuição de um valor pecuniário ao trabalho vencedor no valor de 8.000,00 euros.

Este prémio terá regularidade bianual e implicará a realização de uma exposição com os trabalhos a concurso durante o “Braga em Risco”, que o Município de Braga costuma organizar durante o mês de novembro.

Neste sentido, e por forma a dar seguimento à sua divulgação e participação, procedeu-se à definição das Normas Concurais, que se anexam e propõem para aprovação.

A Vereadora da Cultura

[Signature]

Lídia Brás Dias, (Dra.)

BIENAL DE ILUSTRAÇÃO PRÉMIO CAPITAL DA CULTURA DO EIXO ATLÂNTICO 2021

A “Bienal de Ilustração – Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico 2021” é uma nova iniciativa promovida pelo Município de Braga em parceria da Escola Superior de Design do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e contando com a participação da Asociación Galega de Profesionais da Ilustración (AGPI). Integra o programa da “Braga 2021 - Capital da Cultura do Eixo Atlântico”.

Tem como principal objetivo a divulgação, a descoberta e o reconhecimento de talentos na área da ilustração e pretende promover e divulgar o património cultural material e imaterial no território do Eixo Atlântico.

Pretende-se que este prémio seja atribuído de dois em dois anos, distinguindo com 8000€ um ilustrador, pelo trabalho apresentado a concurso. Deste certame resultará também uma exposição e um catálogo com os trabalhos inéditos que versam sobre o Património Material e Imaterial do Eixo Atlântico e que decorrerá em associação com o “Braga em Risco – Encontro de Ilustração” (V Edição), potenciando uma economia de escala.

Com esta nova iniciativa pretende-se intensificar a consolidação desta expressão artística e dos seus criadores, convergindo com as estratégias culturais já assumidas no Plano de Atividades do Município de Braga e na Estratégia Cultural de Braga 2020-2030, designadamente na organização do “Braga em Risco – Encontro de Ilustração”, evento com destacada repercussão mediática e crescente reconhecimento entre os profissionais desse domínio artístico, e na aposta mais recente nos domínios da Arte Pública, da Street Art e em linguagens artísticas conexas, áreas cada vez mais significativas para a configuração das Cidades Criativas.

Um prémio com este valor e âmbito internacional, em linha com prémios similares, permitirá também reforçar a atratividade do mesmo, aumentando a participação e consequente relevância e mediatismo do mesmo. Possibilitará também a criação e reforço de sinergias e redes colaborativas transfronteiriças, proporcionando oportunidades e estímulos à internacionalização da produção e criação artísticas endógenas, evidenciando o Município de Braga como seu ativo promotor, dando continuidade à sua afirmação regional, nacional e internacional, e ampliando a atratividade deste território, nomeadamente em termos turísticos. É já reconhecido que eventos com este formato possibilitam

experiências significativas, memoráveis e autênticas aos profissionais criativos que visitam a cidade, bem como aos restantes visitantes e turistas.

Refira-se também o desenvolvimento de eventos deste tipo permite também o crescente apoio à criação artística, incrementando oportunidades de crescimento da economia criativa bracarense, promovendo a geração e difusão de conhecimento associado ao setor cultural e criativo, afirmando o Município de Braga no setor das Indústrias Culturais e Criativas, o que permitirá consolidar a organização de iniciativas e eventos diferenciadores para apoiar a candidatura a Capital Europeia da Cultura 2027.

O **Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico 2021** tem como principal objetivo a divulgação, a descoberta e o reconhecimento de talentos na área da ilustração. Pretende igualmente promover a temática do património no espaço do Eixo Atlântico através da ilustração, pautando-se por critérios definidos no regulamento.

Assim,

a Câmara Municipal de Braga deliberou, na reunião de 27/11/2019, dar início ao procedimento tendente à aprovação do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o artigo 101.º do CPA, uma vez que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele artigo 101.º

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal, se elaborou o presente Regulamento, que a Câmara Municipal propõe à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

REGULAMENTO

Concurso da Bienal de Ilustração Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico 2021

1º.

Lei Habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, em conformidade com o disposto nas alíneas k) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal.

2º.

OBJETO E ÂMBITO

1. O presente regulamento destina-se a regular as normas de participação do Concurso **Prémio Capital Da Cultura Do Eixo Atlântico 2021**, promovido pela Câmara Municipal de Braga e pela Escola Superior de Design do IPCA, a propósito da programação de Braga como Capital da Cultura do Eixo Atlântico 2021.
2. Este concurso tem como objetivo incentivar todos os ilustradores, nacionais e internacionais, a criarem um conjunto de imagens inéditas sobre o tema do património do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

3º.

TEMA

1. O tema que servirá de base às propostas é o património material e imaterial da região do eixo atlântico.
2. Cada participante deverá concorrer com 3 ilustrações.

4º.

PERIODICIDADE

O prémio terá uma regularidade bianual.

5º.

PRÉMIO

O vencedor recebe como prémio o valor monetário de **8.000,00€** (oito mil euros).

6º.

DESTINATÁRIOS

Este concurso é aberto a todos os ilustradores, sejam eles profissionais da área ou interessados, e maiores de idade à data do concurso.

7º.

CALENDÁRIO

1. O período estipulado para submissões de propostas, será, bianualmente afixado através de **AVISO**, a afixar na Câmara Municipal de Braga e que será também publicitado no site institucional.
2. Todos os trabalhos deverão ser enviados **até às 23h59 do último dia do prazo**.

8º.

SUBMISSÃO DE TRABALHOS

1. Cada participante deve enviar o formulário de inscrição juntamente com as ilustrações originais ou os trabalhos digitais a concurso.
2. As propostas que não cumpram os critérios e requisitos descritos serão excluídas do concurso.
3. O referido formulário deve conter a seguinte informação:

- Formulário de Inscrição (ANEXO1):

- a) Identificação do autor (nome, endereço eletrónico, telefone, breve biografia, etc.);
- b) Breve memória descritiva da proposta apresentada, descrevendo a técnica e materiais utilizados;
- c) Declaração onde o participante garante que é o autor e detém o respetivo direito autoral das ilustrações com que participa no concurso;
- d) Fotografia do candidato em formato JPEG e com resolução mínima de 300 dpi.

- Ilustrações a concurso:

- a) Cada participante deve enviar um conjunto de 3 ilustrações;
- b) A técnica e os suportes a utilizar são livres;
- c) A dimensão máxima de cada ilustração é de 40 cm x 50 cm, sendo a espessura máxima permitida, incluindo suporte, no caso da utilização de técnicas mistas, de 2 cm;
- d) Apenas são aceites ilustrações originais, exceto no caso de trabalhos digitais;
- e) No caso dos trabalhos digitais a concurso aceitam-se impressões de qualidade;
- f) Tanto as ilustrações originais como as impressões de qualidade devem ser enviadas sem passe-partout ou qualquer outra forma de montagem para a morada da entidade promotora:

Município de Braga

Divisão de Cultura - Convento do Pópulo

Praça Conde de Agrolongo

4704-514 Braga

- g) Para evitar quaisquer problemas com direitos alfandegários, deve constar "Ilustrações Sem Valor Comercial" bem visível na embalagem;
- h) No caso dos trabalhos digitais também devem ser enviados os respetivos ficheiros para o seguinte mail: **bienaldeilustracao@cm-braga.pt**
- i) Cada um dos ficheiros a enviar, deve ter o formato JPEG, a resolução mínima de 300dpi e estar identificado com o nome do respetivo autor (ex: Ana_aAves.jpg);
- j) Todas as ilustrações apresentadas devem ser originais e inéditas, subjacentes ao tema do concurso, e sem nunca terem sido expostas ou apresentadas anteriormente a outro certame ou concurso.

9º.

APRECIÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os critérios usados para a avaliação dos trabalhos são:

- a) Desenvolvimento de um conceito forte, associado ao tema proposto;
- b) Originalidade dos desenhos e da composição;
- c) Originalidade técnica e respetiva qualidade de execução;
- d) Coerência gráfica entre as 3 ilustrações.

10º.

JÚRI E DECISÃO

1. O júri será composto por 1 (um) representante da Câmara Municipal de Braga, por 2 (dois) representantes da Escola Superior de Design do IPCA, por Pedro Seromenho, curador do Braga em Risco, e por 1 (um) membro da AGPI Asociación Galega de Profesionais da Ilustración.
2. Ao júri é reservado o direito de não atribuir vencedor caso nenhuma das propostas submetidas reúna qualidade técnica ou artística.
3. Não haverá recurso da decisão do júri.
4. De entre os participantes será selecionado um vencedor.
5. O Júri selecionará, de entre todos os candidatos, 15 autores finalistas, ou seja, 45 obras finalistas e, de entre estes, o premiado, com o intuito de produzir um catálogo bilingue e organizar uma exposição coletiva.
6. A identidade do vencedor será divulgada num evento, através de uma cerimónia de entrega de prémios, em dia e local a anunciar posteriormente.

7. Na avaliação dos trabalhos o júri não terá acesso à identificação dos autores dos trabalhos.

11º.

ENTREGA DAS OBRAS

1. A participação no concurso só será efetiva após a submissão das obras candidatas, a qual deverá ser feita presencialmente na sede oficial da Entidade Promotora ou, não sendo possível, mediante envio por correio registado com aviso de receção para a morada supra mencionada da entidade promotora.
2. Apenas serão consideradas as obras que cheguem à morada indicada até ao dia final de apresentação das mesmas e desde que comprovadamente tenham sido enviadas por correio registado até ao referido dia.

12º.

OBRAS NÃO SELECIONADAS

1. Os originais das obras submetidas a concurso, mas não seleccionadas pelo Júri serão devolvidos aos seus autores mediante levantamento presencial na sede da entidade promotora.
2. Caso não seja possível o levantamento presencial das obras, serão as mesmas remetidas aos seus autores, à cobrança, pelo Município de Braga.
3. Nestes casos, o Município de Braga não se responsabiliza por eventuais danos ocorridos na devolução física das obras.

13º.

DIREITOS DE REPRODUÇÃO

1. Os autores participantes neste concurso autorizam o Município de Braga a reproduzir as suas ilustrações, sem qualquer restrição ou custos associados, desde que integradas na divulgação deste concurso, que incluirá a produção de um catálogo bilingue com as 45 obras seleccionadas e uma exposição coletiva no Encontro de Ilustração “Braga em Risco 2021”.
2. A cada ilustrador seleccionado serão atribuídas três páginas do catálogo bem como uma nota biográfica.
3. Cada um dos 15 participantes seleccionados receberá duas cópias do catálogo.

14º.

ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO

1. Com a formalização da inscrição e a submissão das obras a concurso, o candidato aceita, de forma plena e sem reservas, todos os termos e condições constantes do presente regulamento.

2. O não cumprimento de qualquer uma das condições acima mencionadas constitui causa de exclusão do concurso.
3. Qualquer questão omissa neste regulamento será decidida pelo júri ou pelas entidades promotoras do concurso.

15º.

DADOS PESSOAIS

1. A entidade promotora é responsável pelo tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelos candidatos no âmbito do presente concurso, garantindo a segurança e confidencialidade dos mesmos.
2. A entidade Promotora não comunicará a terceiros os dados pessoais recolhidos neste contexto, não obstante o seu tratamento para efeitos de gestão da atribuição dos prémios e contrapartidas poder ser entregue pela mesma a entidades subcontratadas, as quais se comprometem a igualmente garantir a segurança e confidencialidade dos dados.
3. Após o termo do concurso, todos os dados dos candidatos não selecionados serão eliminados, com exceção do nome e do endereço de correio eletrónico que serão conservados numa mailing list para efeitos de divulgação das atividades da Entidade Promotora.
4. Os dados dos autores selecionados serão mantidos pela Entidade Promotora após o encerramento do concurso com vista a assegurar à mesma as utilizações previstas no presente Regulamento e na medida do necessário a esse fim, sendo os respetivos nome e endereço de e-mail igualmente conservados numa mailing list para efeitos de divulgação das atividades da Entidade Promotora.
5. Os candidatos poderão aceder aos dados que lhe digam respeito e solicitar por escrito, junto da entidade Promotora, a sua atualização, correção ou eliminação. Para o efeito deverão utilizar o seguinte endereço de e-mail: bienaldeilustracao@cm-braga.pt.

16º.

DIREITOS DE AUTOR

1. O presente Regulamento reger-se-á pela lei portuguesa, designadamente pela legislação aplicável em matéria de Direito de Autor.
2. Qualquer litígio emergente do presente Concurso que não possa ser resolvido por acordo entre as partes será dirimido pelos tribunais competentes portugueses nos termos da lei processual nacional, designadamente pelo Tribunal de Propriedade Intelectual.

17º

Disposições finais

1. A organização não poderá ser responsabilizada pelo eventual cancelamento, anulação ou alteração deste concurso por motivos imprevistos.
2. A organização reserva-se o direito de fazer eventuais alterações ao presente regulamento, que divulgará através dos meios considerados convenientes.
3. Qualquer aspeto não contemplado no presente regulamento será analisado e decidido pela organização.

18º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação no Diário da República nos termos do disposto no artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO NA
BIENAL DE ILUSTRAÇÃO
PRÉMIO CAPITAL DA CULTURA DO EIXO ATLÂNTICO 2021

Nome completo	
Nome de autor	
Data e local de nascimento	
Número documento de identificação	
Morada e Código Postal	
Nacionalidade	
Endereço eletrónico	
Contacto de telemóvel	
Breve Biografia (máximo de 1200 caracteres)	
Memória Descritiva (descrição da técnica e materiais utilizados, deve ser enviada em formato PDF)	

É solicitado que os candidatos preencham o formulário na sua totalidade.

Juntamente com este formulário, os candidatos devem ainda entregar os seguintes documentos:

- Fotografia do ilustrador em formato JPG com resolução mínima de 300 dpi;
- Digitalizações das três obras enviadas e no caso de obras tridimensionais devem enviar fotografias. Os ficheiros devem ser enviados em formato JPG com resolução mínima de 300 dpi (a ser utilizadas no Catálogo caso selecionadas).
- Cada um dos ficheiros a enviar deve ter o formato JPEG, a resolução mínima de 300dpi e estar identificado com o nome do respetivo autor (ex: Ana_aAves.jpg).
- Declaração onde o participante garante que é o autor e detém o respetivo direito autoral das ilustrações com que participa no concurso.

O formulário de inscrição deverá ser enviado até ao dia 31 de julho de 2021, para o e-mail:
bienaldeilustracao@cm-braga.pt

DECLARAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Eu, _____,
com o N° de Identificação (CC/BI) _____, declaro que as ilustrações
apresentadas a concurso são inteiramente da minha autoria e concordo com o
regulamento do concurso.

(Local), (indicar o dia) de (indicar o mês) de (indicar o ano)

Assinatura do Participante

PROCESSO Nº 2019/100.10.400/17

<p>Despacho da Chefe da DSJC - Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso</p> <p>____/____/____</p>	<p>Despacho do Sr. Diretor da DMG – Direção Municipal de Gestão,</p> <p>____/____/____</p>
<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 2017</p> <p>____/____/____</p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p>____/____/____</p>

NOVO REGULAMENTO

**«REGULAMENTO DO CONCURSO BIENAL DE ILUSTRAÇÃO – PRÉMIO CAPITAL
DA CULTURA DO EIXO-ATLÂNTICO 2019-2020»**

Gestora do procedimento: Elisa Cunha Coelho



7 VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS REGRAS DO CPA APLICÁVEIS

- 1.1. Aprovação do início do procedimento em Reunião do Executivo Municipal de **02/12/2019** ✓
- 1.2. Publicitação do início do procedimento:
- 1.3. Fim dos 10 dias – **26/12/2019** ✓

FUNDAMENTAÇÃO

Incluída na proposta da Sra. Vereada da Cultura, Dra. Lídia Dias.

PROCEDIMENTOS A SEGUIR:

Ora, quanto à

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Há lugar à **audiência de interessados** quando se trate de regulamentos que contenham disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, isto é, de regulamentos que incluam normas imediatamente operativas, cujos efeitos se produzam imediatamente, sem dependência de um ato concreto de aplicação.

E serão ouvidos em audiência de interessados todos aqueles que se tenham registado para esse efeito, de acordo com as instruções divulgadas a quando da publicitação do início do procedimento – e apenas quem se tenha registado.

No caso em apreço,

- Não houve constituição de interessados; e,
- a regulamentação proposta é sobre a criação e atribuição de um Prémio, na área da Cultura, que tem como objetivo criar imagens inéditas sobre o Património do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Assim, e s.m.o., não se trata de uma disposição que afete (negativamente) de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Neste sentido, vd. «Código do Procedimento Administrativo – Anotado» - Luiz Cabral de Moncada, anotação ao artigo 100º - Audiência dos interessados, pg. 326 a :

«1.2. Não são todos os regulamentos dos órgãos administrativos (não apenas da Administração Pública) que ficam sujeitos à obrigatoriedade da audiência dos interessados. Apenas a ela ficam sujeitos os regulamentos que contenham normas imediatamente operativas na medida em que *afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos*. A audiência cobra a sua razão de ser no caso dos regulamentos com normas imediatamente operativas. Não sendo esse o caso, as exigências participativas cumprem-se ao nível dos atos administrativos que os aplicam.

A audiência também só se justifica se os regulamentos conterem disciplinas desfavoráveis aos interessados. Para os outros não tem de haver audiência anteriormente à respetiva aprovação por quem de direito. Dela não carecem, portanto, os regulamentos que consagram regimes jurídicos favoráveis aos particulares (bolsas de estudo, subvenções agrícolas, benefícios fiscais, subsídio de desemprego, etc) tão vulgares no âmbito da administração de prestações que, embora em declínio estrutural, continua a ser elemento central do conteúdo e do princípio constitucionalmente conformador do Estado-de-Direito social e fator decisivo da coesão económica, social e territorial. Uma parte substancial da atividade administrativa regulamentar não está, portanto, abrangida pela obrigatoriedade da audiência»

Pelo que, se propõe:

① **DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS** (artigo 100º, nº 3 do CPA): porque não houve constituição dos interessados e porque se trata de alteração que não contém qualquer prejuízo para os municípios.

E



② **DISPENSA DA CONSULTA PÚBLICA** (artigo 101º do CPA) –, por não se justificar, face à matéria a alterar (benéfica para os Municípios, como se disse).

⌘ Assim sendo, o Projeto de Regulamento (Anexo 1) está pronto a ser remetido ao Sr. Presidente da CMB, para remessa ao Executivo Municipal, com vista à aprovação pela Assembleia Municipal.

À consideração superior,

A jurista,